



Ata nº 043 da Sessão Ordinária nº 043, de
26 de junho de 2014.

1 Às nove horas do dia vinte e seis de junho de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas
2 dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva
3 Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presentes os Conselheiros
4 **DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ, SÉRGIO LEÃO**, e do
5 Conselheiro substituto **SÉRGIO DANTAS**, nos termos da Portaria nº 0718/2014; ausência
6 justificada do Conselheiro **ALOÍSIO CHAVES**; presença da Procuradora Geral do Ministério Público
7 de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **ELISABETH SALAME DA SILVA**, reuniu-se o Egrégio
8 Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada
9 nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocados os Auditores Alexandre
10 Cunha e Marcia Costa para apresentarem proposta de Decisão, nos termos do inciso II do artigo 72
11 do RI/TCM. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou:
12 *"havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que*
13 *possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria"*. Houve votação e aprovação da Ata da
14 Sessão nº 030/14. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que
15 foram anunciados os processos: **Processo nº 910012002-00; Prefeitura Municipal de**
16 **Curionópolis; Prestação de Contas – Exercício 2002; Responsável: Sebastião Curió Rodrigues de**
17 **Moura; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da**
18 **Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.667, de 20.06.2014.**
19 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
20 manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas e aplicação de
21 multas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela*
22 *emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Curionópolis, que sejam reprovadas as*
23 *contas da Prefeitura Municipal, exercício 2002, de responsabilidade do Sr. Sebastião Curió Rodrigues de Moura,*
24 *que deverá recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, o seguinte: I – aos Cofres Municipais: 1.1-R\$-31.661,67*
25 *(trinta e um mil, seiscentos e sessenta e um reais e sessenta e sete centavos), referente a despesas realizadas*
26 *com notas fiscais irregulares; 1.2-R\$-7.769,40 (sete mil, setecentos e sessenta e nove reais e quarenta*
27 *centavos), referente ao valor lançado à conta "Agente Ordenador"; 1.3-R\$-18.000,00 (dezoito mil reais),*
28 *equivalente a 15% (quinze por cento) dos vencimentos anuais do Ordenador, com base no art. 5º, § 1º, da*
29 *Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º e 3º quadrimestres,*
30 *considerado que o maior atraso foi de 60 (sessenta) dias; II - ao FUMREAP: R\$-20.000,00 (vinte mil reais), a*
31 *título de multa, com base no Art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/20123, pelas contas irregulares em*
32 *função de graves infrações à norma legal, referentes a conta "Agente Ordenador", despesas com notas fiscais*
33 *irregulares, não aplicação dos limites constitucionais e legais relativos à saúde e remuneração do magistério e*
34 *contratação irregular por falhas no processo licitatório de dispensa do qual o mesmo decorreu. Cópia dos*
35 *autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual"*. **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares, o
36 Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas
37 acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a
38 exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
39 decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Curionópolis a não



aprovação as contas da Prefeitura Municipal, exercício 2002, com o seguinte recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias: I – aos Cofres Municipais: 1.1 R\$-31.661,67 (trinta e um mil, seiscentos e sessenta e um reais e sessenta e sete centavos), referente a despesas realizadas com notas fiscais irregulares; 1.2 R\$-7.769,40 (sete mil, setecentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos), referente ao valor lançado à conta “Agente Ordenador”; 1.3 R\$-18.000,00 (dezoito mil reais), equivalente a 15% (quinze por cento) dos vencimentos anuais do Ordenador, com base no Art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º e 3º quadrimestres, considerado que o maior atraso foi de 60 (sessenta) dias; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** II - ao FUMREAP: R\$-20.000,00 (vinte mil reais), a título de multa, com base no Art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/2012, pelas contas irregulares em função de graves infrações a norma legal, referentes a conta “Agente Ordenador”, despesas com notas fiscais irregulares, não aplicação dos limites constitucionais e legais relativos a saúde e remuneração do magistério e contratação irregular por falhas no processo licitatório de dispensa do qual o mesmo decorreu. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 1150012002-00; Prefeitura Municipal de Ipixuna do Pará; Prestação de Contas – Exercício 2002; Responsável: José Orlando Freire; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José; Publicado no DOE nº 32.667, de 20.06.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Ipixuna do Pará a não aprovação das contas do Executivo, exercício de 2002, devendo o Ordenador de despesa José Orlando Freire recolher, no prazo de 15 dias, as seguintes multas: aos Cofres do Município: R\$-10.800,00 (15 % dos vencimentos anuais), face o envio intempestivo dos Relatórios de Gestão Fiscal, na forma do artigo 5º, I, § 1º da Lei nº 10.028/2000; ao FUMREAP: R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pela remessa extemporânea de documentação; divergência de valores nas contas de receita e despesa, ocasionando incorreções dos anexos contábeis; Parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF, encaminhado sem a respectiva ata da sessão Plenária que o apreciou e Demonstrativo da dívida fundada interna não encaminhado. Encaminhe-se cópia dos autos ao Ministério Público Estadual*”. **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Ipixuna do Pará a não aprovação das contas do Executivo, exercício de 2002, com o recolhimento, no prazo de 15 dias, das seguintes multas: aos Cofres do Município: R\$-10.800,00 (15 % dos vencimentos anuais), face o envio intempestivo dos Relatórios de Gestão Fiscal, na forma do artigo 5º, I, § 1º da Lei nº 10.028/2000; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP: R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pela remessa extemporânea de documentação; divergência de valores nas contas de receita e despesa, ocasionando incorreções dos anexos contábeis; Parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF,



encaminhado sem a respectiva Ata da Sessão Plenária que o apreciou, e o Demonstrativo da dívida fundada interna não encaminhado. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 1140022008-00; Câmara Municipal de Goianésia do Pará;** Prestação de Contas – Exercício 2002; Responsável: Francisco David Leite Rocha; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.667, de 20.06.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas da Câmara Municipal de Goianésia do Pará, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade de Francisco David Leite Rocha, com a expedição do Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas.

Processo nº 1020022008-00; Câmara Municipal de São Geraldo do Araguaia; Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsável: Denizete Alves da Silva; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.667, de 20.06.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com aplicação de multa e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de São Geraldo do Araguaia, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade do Sr Denizete Alves da Silva, por estarem irregulares, nos termos do Art. 32, inciso III, alínea "c" da Lei Complementar nº 084/2012; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual.

Processo nº 23992008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Acará; Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsável: Nelma de Lima Vaz Araújo (01/01 a 03/04/2008) e Elane Belo da Silva Vila Nova (04/04 a 31/04/2008); Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.667, de 20.06.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com recolhimento e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas de Nelma de Lima Vaz Araújo e Elane Belo da Silva Vila Nova, Ordenadoras de despesas do Fundo Municipal de Assistência Social de Acará, respectivamente, nos períodos de 01/01 a 03/04 e de 04/04 a 31/04/2008, devendo a Srª. Nelma de Lima Vaz Araújo recolher Cofres Públicos Municipais o valor lançado à conta "Agente Ordenador", de R\$-756.274,48 (setecentos e cinquenta e seis mil, duzentos e setenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), devidamente atualizado, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.

Processo nº 173982010-00; Fundo Municipal de Saúde de Bragança; Prestação de Contas de Gestão – Exercício 2010; Responsável: Francisco Paulo de Araújo; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José; **Publicado no DOE nº 32.667, de 20.06.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 173982011-00; Fundo**



Municipal de Saúde de Bragança; Prestação de Contas de Gestão – Exercício 2011; Responsável: Francisco Paulo de Araújo (01.01. a 21.12.2011) e Gilberto Nascimento Oliveira (22.12 a 31.12.2011); Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José; **Publicado no DOE nº 32.667, de 20.06.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 64002007-00; Fundo Municipal de Saúde de Altamira;** Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Francisco Armando Alvino Aragão; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.667, de 20.06.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Altamira, relativa ao exercício financeiro de 2007, de responsabilidade do Sr. Francisco Armando Alvino Aragão, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-25.498.648,37 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, seiscentos e quarenta e oito reais e trinta e sete centavos). **Processo nº 974102003-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Pacajá;** Prestação de Contas – Exercício 2003; Responsável: Elaine de Rezende; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.667, de 20.06.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação da prestação de contas do Fundo de Assistência Social do Município de Pacajá, exercício de 2003, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-554.541,06 (quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e um reais e seis centavos). **Processo nº 1410162007-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Quatipuru;** Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Talita do Nascimento Dias; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.667, de 20.06.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com aplicação de multa. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Quatipuru, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade da Sra. Talita do Nascimento Dias, por estarem irregulares, nos termos do Art. 32, III, “d” da Lei Complementar nº 84/2012, com recolhimento, no prazo de 30 dias aos Cofres Públicos Municipais, do valor de R\$-2.769,00 (dois mil, setecentos e sessenta e nove reais), devidamente atualizado, lançado à conta “Agente Ordenador”. **Processo nº 1420042010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de São João da Ponta;** Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Rosana Gonzaga Rodrigues Godinho; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.667, de 20.06.2014.** Retirado de



Pauta. **Processo nº 1254392009-00; Fundo Municipal de Saúde de Terra Alta;** Prestação de Contas - 2009; Responsável: Ildegardo Barbosa Pereira; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.667, de 20.06.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das Contas do Fundo Municipal de Saúde de Terra Alta, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade do Sr. Ildegardo Barbosa Pereira, por estarem irregulares, nos termos do Art. 32, III, "c" e "d" da Lei nº 84/2012, com o recolhimento aos Cofres Públicos, no prazo de 30 (trinta) dias, do valor de R\$-45.261,35 (quarenta e cinco mil, duzentos e sessenta e um reais e trinta e cinco centavos), devidamente atualizado, lançado à conta "Agente Ordenador", referente a diferença entre os saldos inicial e final; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 140042007-00; Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém;** Prestação de Contas - 2007; Responsável: Raul Meireles do Vale; Instrução: Auditor Alcimar Lobato da Silva / 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.667, de 20.06.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas prestadas pelo Senhor Raul Meireles do Vale, Ordenador de despesas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Belém, no exercício financeiro de 2007, com a expedição do Alvará de Quitação no montante de R\$-9.907.281,56 (nove milhões, novecentos e sete mil, duzentos e oitenta e um reais e cinquenta e seis centavos). **Processo nº 33552010-00; Instituto de Previdência do Município de Afuá;** Prestação de contas - 2010; Responsável: Ademar Corrêa Lima Júnior; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.667, de 20.06.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Instituto de Previdência do Município de Afuá - IPMA, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Ademar Corrêa Lima Júnior, com a expedição do Alvará de Quitação. **Processo nº 201110251-00; Prefeitura Municipal de Jacundá;** Recurso de Revisão contra a Decisão objeto da Resolução nº 9.271 (Prestação de Contas de 2002); Responsável: Adão Ribeiro Soares; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.667, de 20.06.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não conhecimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo não conhecimento do Recurso. **Processo nº 201117770-00; Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará;** Recurso de Revisão contra a Decisão



objeto da Resolução nº 9.876 (Prestação de Contas de 2001); Responsável: Dulcídio Ferreira Pinheiro; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.667, de 20.06.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de conhecimento do Recurso de Revisão, com a manutenção dos termos da Resolução nº 9.876, que recomendou a emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará, exercício financeiro de 2001, que esteve sob a responsabilidade do Sr. Dulcilio Ferreira Pinheiro, com a baixa das multas recolhidas e comprovadas pelo Recorrente. **Processo nº 201409013-00; Prefeitura Municipal de Paragominas; Consulta; Responsável: Paulo Pombo Tocantis; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental a Conselheira Mara Lúcia procedeu a leitura do Relatório. A matéria foi colocada **em discussão**. Em seguida, a Conselheira Relatora apresentou a proposta de Resolução, com a reposta da Consulta para deliberação Plenária. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu aprovar a Resolução apresentada, na forma do voto da Conselheira Relatora, ressaltando a obrigatoriedade de aplicação do piso nacional remuneratório dos professores (Lei nº 11.738/2008), a possibilidade de adequação no Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS'S, a possibilidade de utilização dos recursos de complementação ao piso salarial dos professores, com a inteligência do art. 7º, da Lei do FUNDEB, c/c Art. 4º da Lei nº 11.738/2008, c/c Art. 1º da Resolução/MEC nº 7/2012, com o encaminhamento dos autos ao Órgão Técnico para elaboração de Instrução Normativa com vinculação e orientação ampla, nos termos dispostos no Regimento Interno do Tribunal. **Processo nº 201407459-00; Câmara Municipal de Vigia de Nazaré; Consulta; Responsável: Gabriel Nunes Mariz; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental a Conselheira Mara Lúcia procedeu a leitura do Relatório. A matéria foi colocada **em discussão**. Em seguida, a Conselheira Relatora apresentou a proposta de Resolução, com a reposta da Consulta para deliberação Plenária. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu aprovar a Resolução apresentada, na forma do voto da Conselheira Relatora, com o encaminhamento dos autos ao Órgão Técnico para elaboração de Orientação Técnica com vinculação e orientação ampla, nos termos dispostos no Regimento Interno do Tribunal, bem como junto aos setores técnicos desta Corte de Contas para detida verificação como ponto de controle, junto às prestações de contas. **Processo nº 201215679-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1073/12, 27.08.12; Responsável: Raimundo Pimentel de Oliveira; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201217556-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1319/12, 01.10.12; Responsável: Maria de Nazaré**



Nascimento de Souza; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201219644-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1510/12, 08.11.12; Responsável: Maria Lecir Rodrigues da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201220110-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1575/12, 22.11.12; Responsável: Alexandre Alcides Seabra Pantoja; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José .** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201214942-00; IPMA de Ananindeua; Aposentadoria – Portaria nº 126/2012, de 31.08.2012 – aposentadoria por invalidez; Responsável: Safira Moreira da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201214943-00; IPMA de Ananindeua; Aposentadoria – Portaria nº 121/2012, de 31.08.2012 – aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade; Responsável: Maria Alice Soares Araújo; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201214946-00; IPMA de Ananindeua; Aposentadoria – Portaria nº 123/2012, de 31.08.2012 – aposentadoria por invalidez; Responsável: Maria das Graças Teixeira de Carvalho; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201219755-00; Prefeitura Municipal de Igarapé - Açú; Subsídio – 2012 Lei nº 708/2012, que fixa subsídios do Prefeito, Vice – Prefeito e Secretários Municipais para a Legislatura 2013/2016; Responsável: Sandra Miki Uesugi Nogueira; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência



proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo nº 201406008-00; Prefeitura Municipal de Viseu**; Subsídio – 2012 Lei nº 449/2012, que fixa subsídios do Prefeito, Vice – Prefeito e Secretários Municipais para a Legislatura 2013/2016; Responsável: Cristiano Dutra Vale - Prefeito; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo nº 201217415-00; Câmara Municipal de Tomé Açu**; Resolução nº 03/2012, que estabelece quotas de combustíveis aos Vereadores para a Legislatura 2013/2016; Responsável: Cecília Reginaldo de Oliveira; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela negativa de cadastramento do Ato*”. **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares pediu VISTA dos autos. **Processo nº 201320904-00; Câmara Municipal de Cachoeira do Piriá**; Subsídio – 2012 – Projeto de Lei nº 11/2012, que fixa os subsídios do Prefeito, Vice – Prefeito e Secretários Municipais; Interessado (a): Nilo Ferreira da Costa - Presidente; Ministério Público: Procuradora – Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Retirado de Pauta. Às doze horas e dez minutos, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 201116584-00; Município de Ourém**; Denúncia contra o Sr. Antônio Elias de Oliveira – Prefeito Municipal de Ourém, referente aos exercícios financeiros de 2010 e 2011; Denunciante: Câmara Municipal de Ourém; Denunciado: Antônio Elias de Oliveira – Prefeito Municipal; Instrução: 7º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo). Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo encaminhamento dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua **proposta de Decisão para deliberação Plenária**, nos termos do § 2º do Art. 292 do RI/TCM/Pa: “*pelo conhecimento da Denúncia, seu arquivamento e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual*”. **Em votação**: o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de Decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheiro Cezar Colares, Conselheiro Antonio José, Conselheiro substituto Sérgio Dantas e Conselheira Mara Lúcia. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento da Denúncia, seu arquivamento e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão. Às doze horas e quinze minutos, o Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 201219880-00; Instituto de Aposentadoria e Pensões do Município de Cachoeira do Arari**; Aposentadoria; Interessado: Crispim Gomes dos Reis; Ministério Procuradora Maria Regina da Cunha; Auditora convocada para apresentar proposta de Decisão: Márcia Costa (Conselheiro Cezar Colares). Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e



manifestou-se pela negativa de registro do Ato e remessa ao Ministério Público Estadual para apuração dos fatos. A matéria foi colocada **em Discussão**. A Auditora Márcia Costa apresentou sua **proposta de Decisão**: "A - Negar Registro a Portaria nº 032/2012, de 30/11/2012, que aposentou o Sr. Crispim Gomes dos Reis, no cargo de Enfermeiro, com proventos de R\$-622,00 (seiscentos e vinte e dois reais) e fundamento legal no artigo 40, § 1º, II da Constituição Federal de 1988, com alterações da Emenda Constitucional nº 41/2003, face à não comprovação do cumprimento dos requisitos legais fundamentadores do ato; B – Dar ciência imediata ao Chefe do Poder Executivo Municipal e ao Presidente do Instituto acerca da presente decisão, no sentido de que seja cessado o pagamento do benefício; C - Juntar cópia dos autos à prestação de contas do IAPSMCA referentes ao exercício de 2012 para, à critério do julgador, aplicação de multa ao responsável pela prática de ato com grave infração à norma legal e referentes ao exercício de 2014, para acompanhamento dos efeitos financeiros; D – Determinar ao Chefe do Poder Executivo Municipal à instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade do(s) agente(s) que deu(ram) causa ao ato ilegal, bem como adotar as medidas saneadoras cabíveis ao caso, comunicando o resultado a este Tribunal para acompanhamento, sob pena de responsabilidade solidária; E - Remeter ao MPE para as providências que entender cabíveis". **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares ratificou os termos da proposta apresentada, com a recomendação à Auditora Márcia Costa para que notifique o Presidente do Instituto para comparecer ao Tribunal e tomar ciência imediata das determinações contidas no voto, no que foi acompanhado pelos Conselheiros, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Antonio José, Conselheiro substituto Sérgio Dantas e Conselheiro José Carlos Araújo. A Presidência proclamou **a Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu negar registro a Portaria nº 032/2012, de 30/11/2012, que aposentou o Sr. Crispim Gomes dos Reis, no cargo de Enfermeiro, com proventos de R\$-622,00 (seiscentos e vinte e dois reais) e fundamento legal no Artigo 40, § 1º, II da Constituição Federal de 1988, com alterações da Emenda Constitucional nº 41/2003, face a não comprovação do cumprimento dos requisitos legais fundamentadores do Ato; ciência imediata ao Chefe do Poder Executivo Municipal e ao Presidente do Instituto acerca da presente decisão, no sentido de que seja cessado o pagamento do benefício; juntar cópia dos autos à prestação de contas do IAPSMCA, referente ao exercício de 2012 para, à critério do julgador, aplicar multa ao responsável pela prática de ato com grave infração à norma legal e referentes ao exercício de 2014, para acompanhamento dos efeitos financeiros; determinar ao Chefe do Poder Executivo Municipal à instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade do(s) agente(s) que deu(ram) causa ao ato ilegal, bem como adotar as medidas saneadoras cabíveis ao caso, comunicando o resultado a este Tribunal para acompanhamento, sob pena de responsabilidade solidária; remeter ao MPE para as providências que entender cabíveis. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201202738-00; FUNBOSQUE**; Contrato – 2012 ofício nº 077/2012, Contrato nº 026/2012 firmado entre FUNBOSQUE e o Sr. Michel Bruno Rocha Gonçalves e outros; Interessado: Michel Bruno Rocha Gonçalves e outros; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Auditora convocada para apresentar Proposta de Decisão: Adriana Oliveira (Conselheiro Cezar Colares). Retirado de Pauta. **Processo nº 201211900-00; FUNBOSQUE**; Contrato – 2012 – Contrato Temporários nº's 094 a 101/2012, firmados entre a



360 FUNBOSQUE e a Sra. Cyntia França Cavalcante de Andrade da Silva e outros; Interessado (a): Cyntia
361 França Cavalcante de Andrade da Silva e outros; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da
362 Cunha; Auditora convocada para apresentar proposta de Decisão: Adriana Oliveira (Conselheiro
363 Cezar Colares). Retirado de Pauta. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE**
364 **PROCESSOS.** Relator: Conselheiro José Carlos Araújo: 1) Processo nº 200821128-00 (II vls);
365 Origem: Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia; Assunto: Decretos que nomeiam Sônia de
366 Carvalho Braga Sarda e outros, aprovados no Concurso Público nº 001/2006. 2) Processo nº
367 201317279-00 (II vls); Origem: Prefeitura Municipal de Parauapebas; Assunto: Contratos
368 temporários de Aldnuzia Rodrigues Silva e outros. 3) Processo nº 201320992-00 (X vls); Origem:
369 Prefeitura Municipal de Parauapebas; Assunto: Contratos temporários de Antônio de Sousa Filho e
370 outros. 4) Processo nº 201320704-00; Origem: Câmara Municipal de Parauapebas; Assunto:
371 Contratos temporários de Antonio Carlos Matos Moraes e outros. 5) Processo nº 201321071-00 (II
372 vls); Origem: Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Parauapebas; Assunto: Contratos
373 temporários de Abia Saraiva Pereira e outros. 6) Processo nº 201321068-00 (II vls); Origem: Serviço
374 Autônomo de Água e Esgoto de Parauapebas; Assunto: Contratos temporários de Antonio de Oliveira
375 Soares e outros. Relator: Conselheiro José Carlos Araújo: 1) Processo nº 200821128-00 (II vls);
376 Origem: Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia; Assunto: Decretos que nomeiam Sônia de
377 Carvalho Braga Sarda e outros, aprovados no Concurso Público nº 001/2006. 2) Processo nº
378 201317279-00 (II vls); Origem: Prefeitura Municipal de Parauapebas; Assunto: Contratos
379 temporários de Aldnuzia Rodrigues Silva e outros. 3) Processo nº 201320992-00 (X vls); Origem:
380 Prefeitura Municipal de Parauapebas; Assunto: Contratos temporários de Antônio de Sousa Filho e
381 outros. 4) Processo nº 201320704-00; Origem: Câmara Municipal de Parauapebas; Assunto:
382 Contratos temporários de Antonio Carlos Matos Moraes e outros. 5) Processo nº 201321071-00 (II
383 vls); Origem: Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Parauapebas; Assunto: Contratos
384 temporários de Abia Saraiva Pereira e outros. 6) Processo nº 201321068-00 (II vls); Origem: Serviço
385 Autônomo de Água e Esgoto de Parauapebas; Assunto: Contratos temporários de Antonio de Oliveira
386 Soares e outros. Relator: Conselheiro Daniel Lavareda: 1) Processo nº 201304295-00; Origem:
387 Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Assunto: Aposentadoria de
388 Raimunda Rodrigues Mâncio. 2) Processo nº 201307075-00; Origem: Instituto de Previdência do
389 Município de Castanhal; Assunto: Aposentadoria de Rosa Helena Macedo da Silva. 3) Processo nº
390 201311570-00; Origem: Instituto de Previdência do Município de Castanhal; Assunto: Aposentadoria
391 de Maria do Socorro Silva Oliveira. 4) Processo nº 201304188-00; Origem: Instituto de Previdência e
392 Assistência do Município de Belém – IPAMB; Assunto: Pensão de Silvana do Socorro Canuto Ferreira
393 e filhos. Relatora: Conselheira Mara Lúcia: 1) Processo nº 201210447-00; Origem: Instituto de
394 Previdência do Município de Monte Alegre; Assunto: Aposentadoria de Maria Leda Jardina de
395 Mesquita. 2) Processo nº 201210448-00; Origem: Instituto de Previdência do Município de Monte
396 Alegre; Assunto: Aposentadoria de Raimunda Silva da Conceição. 3) Processo nº 201316383-00;
397 Origem: Câmara Municipal de Santo Antonio do Tauá; Assunto: Contratos temporários de Jaqueline
398 do Socorro da Silva e outros. 4) Processo nº 201319905-00; Origem: Secretaria Municipal de
399 Educação de Belém – SEMEC; Assunto: Contratos temporários de Fabiana Gomes Nepomuceno e



400 outros. Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães: 1) Processo nº 201217357-00; Origem:
401 Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Assunto: Revisão de
402 proventos da Aposentadoria de Antonio Carlos Siqueira da Silva. 2) Processo nº 200408370-00;
403 Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Assunto:
404 Aposentadoria de Sara da Silva da Silva. 3) Processo nº 201304861-00; Origem: Serviço Autônomo
405 de Água e Esgoto de Dom Eliseu; Assunto: Decretos que nomeiam José Onofre Batista e outros,
406 aprovados no Concurso Público nº 01/2010. **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO**
407 **MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às doze horas e cinquenta minutos da
408 qual foi lavrada a presente Ata.
409 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e seis de junho
410 de dois mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão